

ELITE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: FORMAÇÃO E RECRIAÇÃO¹

Eurizando Gomes Caomique²

RESUMO

Existem, em todas as sociedades humanas, alguns segmentos sociais que resguardam certos privilégios e possuem maiores facilidades em termos de mobilidade social, devido ao seu capital social, político, econômico, religioso, cultural e/ou educacional. O exercício analítico em torno da representação e construção da realidade social constitui uma preocupação dos homens ao longo da história, e nessas construções e representações sociais, o termo elite é, e continuará a ser, uma das que, desde as suas primeiras elaborações, vem tendo reformulações, devido a sua natureza controversa entre os acadêmicos, pelas múltiplas formas de abordagem dos estudiosos ao tema. Este artigo propõe analisar o processo de formação e recriação da elite política na Guiné-Bissau. Buscou-se compreender os mecanismos pelos quais se cria e recria esta elite; as suas estratégias de distinção e manutenção da sua posição social. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, de análise da produção bibliográfica existente sobre o tema, com o objetivo de criar uma análise que estabeleça um “estado da arte” sobre a questão. Os resultados evidenciam que no contexto guineense, a elite política emergiu em contextos distintos e foi influenciada pelas práticas culturais endógenas africanas, arabo-muçulmanas e europeia-cristãs.

Palavras-chave: Elites (Ciências Sociais) - Guiné-Bissau; Guiné-Bissau - Política e governo.

ABSTRACT

There are, in all human societies, some social segments that protect certain privileges and have greater facilities in terms of social mobility, due to their social, political, economic, religious, cultural and/or educational capital. The analytical exercise around the representation and construction of social reality has been a concern of men throughout history, and in these constructions and social representations, the term elite is, and will continue to be, one of those that, since its first elaborations, has been having reformulations, due to its controversial nature among academics, due to the multiple ways in which scholars approach the subject. This article proposes to analyze the process of formation and recreation of the political elite in Guinea-Bissau. We sought to understand the mechanisms by which this elite is created and recreated; their strategies of distinction and maintenance of their social position. A qualitative approach was used, analyzing the existing bibliographic production on the subject, with the aim of creating an analysis that establishes a “state of the art” on the issue. The results show that in the Guinean context, the political elite emerged in different contexts and was influenced by endogenous African, Arab-Muslim and European-Christian cultural practices.

Keywords: Elite (Social sciences) - Guinea-Bissau; Guinea-Bissau - Politics and government.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Nuno Fernando de Pinho e Silva de Almeida Falcão.

² Bacharel em Humanidades e graduando em Licenciatura em História pela UNILAB, Campus dos Malês.

1 INTRODUÇÃO

Existem em todas as sociedades humanas segmentos sociais que resguardam certos privilégios e uma maior facilidade na mobilidade social, devido ao seu capital social, político, econômico, religioso, cultural e/ou educacional. A análise e interpretação dos mecanismos pelos quais esses atores estabelecem a distinção em relação a outros atores da sociedade, e pelos quais mantêm a sua posição social, tem atraído a atenção de muitos acadêmicos.

Este artigo é marcado na sua análise pela historicização dos processos de formação, manutenção e emergência da elite política em distintos contextos históricos na Guiné-Bissau. Verificou-se que a formação de elite é sempre permeada por relações de poder envolvendo a construção e projeção das narrativas discursivas capazes de legitimar a sua posição e, conseqüentemente, permitir a sua perpetuação.

Mesmo tendo traços similares na sua atuação e táticas de sustentação, as elites diferem no plano intra e interestatal. Aliás, o termo elite não representa uma entidade necessariamente homogênea, ele engloba uma cifra heterogênea de sujeitos sociais. Tais sutilezas são determinadas tanto pelas bases fundantes da sua posição quanto pela natureza do seu quadro de legitimação. O poder material e simbólico constituem elementos, por excelência, de sua criação e recriação.

No continente africano, as elites emergiram em contextos distintos e foram influenciados pelas práticas culturais endógenas africanas, arabo-muçulmanas e europeia-cristãs. O nosso trabalho propõe analisar as perspectivas existentes sobre a formação da elite na Guiné-Bissau, buscando identificar a sua diversidade, disputa e estratégias de sobrevivência no contexto pós independência. Para respondermos a nossa pergunta central, utilizamos uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico para coleta dos dados e a técnica da análise do discurso para interpretar os dados conseguidos.

Estruturalmente, o artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte, apresentação do artigo. Na segunda, fez-se uma discussão teórico-conceitual da elite, na terceira abordou-se as elites no contexto africano e na quarta e última parte, discutiu-se a elite política na Guiné-Bissau, nos contextos pré-coloniais.

2 ELITE: DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Etimologicamente, o termo elite originou-se do antigo participio passado do feminino do verbo latino “elire”, sendo que a sua carga semântica em português significa “eleger”, e já usado no século XII. No entanto, com o passar do tempo, concretamente no século XIV, adquiriu novas atribuições e sentidos, entre os quais: “do eleito”, “escolhido”, “eminente”, “distinto” etc. Essas designações visavam, nesse horizonte temporal, qualificar o melhor dentro de uma sociedade ou em qualquer domínio da atividade social (BARNABÉ, 1999, p. 2).

Os estudos clássicos sobre a teoria das elites tiveram grandes avanços depois de serem traduzidos para inglês as obras de Vilfredo Pareto (*Mind and Society*, editado em 1935), de Gaetano Mosca (*The Ruling Class*, em 1939). A partir dessas traduções, a teoria das elites ganhou nova formulação e sistematização nos Estados Unidos (PERISSINOTO; CODATO, 2008, p. 7).

[...] a teoria das Elites conquistou verdadeira cidadania na ciência política contemporânea, renascida e renovada nos Estados Unidos, desde o momento em que foi acolhida, reelaborada e divulgada por Harold D. Lasswell, mais ou menos pela mesma época em que foi introduzido entre os estudiosos americanos e ampla e acirradamente discutido, através da afortunada tradução inglesa, o Trattato de Pareto (1935). Numa das suas obras principais, *Who gets what, when, how* (Quem obtém o quê, quando e como, 1936), o primeiro capítulo "Elite" se abre com estas palavras: "O estudo da política é o estudo da influência daqueles que a exercem [...]. Aqueles que têm influência são aqueles que tomam a maior parte daquilo que se pode tomar." (BOBBIO, 1998, p. 387).

De acordo com esses teóricos classistas, incluindo Robert Michels (*Sociologia dos Partidos Políticos*), conhecidos como ‘pais’ da teoria das elites, ao abordarem o termo numa dimensão política consideram o termo elite como definindo um grupo minoritário que controla os lugares cimeiros da tomada de decisões políticas importantes numa determinada sociedade. Além disso, a diferença entre o grupo minoritário e as massas estão inerentes a organização e o uso da racionalidade como frisa Michels:

[...] a democracia exige a organização que, por sua vez, conduz de modo necessário para a oligarquia. Os homens designados em princípio para servir aos interesses da coletividade, rapidamente desenvolvem interesses próprios, opostos a dita coletividade. O autor afirma ainda que “[...] a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam” (BARNABÉ, 1999, p. 238 *apud* MICHEL, 1982).

Na sua obra *Power and society (poder e sociedade, 1950)*, em colaboração com Abraham Kaplan, H. D. Lasswell define a elite como um grupo de indivíduos que detêm maior poder numa determinada sociedade, seguido por uma elite média, formada por grupos que detêm um poder inferior e, por último a massa, grupos que têm um poder ainda menor. Laswell pretendia com essa formulação considerar que os membros que constituem a elite são altamente organizados, e numericamente de menor volume do que a massa. Ele conseguiu distinguir vários modelos de dominação do poder dentro de uma sociedade, que são exercidos e controlados por diferentes grupos de elite (BOBBIO, 1998, p. 388).

Uma das obras sobre a teoria das elites que ganhou maior destaque foi “*A elite do poder*”, de Charles Wright Mills (1916-1962), que ao analisar a conjuntura social dos Estados Unidos da América, conceitua a elite como o grupo que detém a maior parte do poder numa sociedade, definida como a posse de “dinheiro, poder e prestígio e todas as formas de vida da sociedade. Porém a configuração desse grupo para Mills é mais amplo.

[...] a elite não é simplesmente constituída dos que têm o máximo, pois não o poderiam ter se não fosse pela sua posição nas grandes instituições, que são as bases necessárias do poder, da riqueza e do prestígio, e ao mesmo tempo constituem os meios principais do exercícios do poder [...] (MILLS, 1975, p. 17-18).

Apresentadas as diferentes dimensões que caracterizam as elites ou elitismo, percebe-se, no ponto de vista do autor, que os detentores do poder são os indivíduos ou grupos que conseguem concretizar seus desejos, mesmo contra a vontade ou resistência de outros. Por isso, Mills aponta que ninguém pode ter domínio do poder sem controlar ou ter acesso ao comando das principais instituições, porque é através dela que lhes atribuem o título de poderosos (MILLS, 1975, p. 18). À tese de Mills não é dado todo o mérito de proporcionar a construção de uma série de questões importantes e essenciais, como destaca Busino:

A obra de Mills deu origem a um debate apaixonado em que a moderação, cortesia e o sentido da ponderação, tão caros aos universitários, foram postos de lado. Os radicais atacaram a própria concepção que Mills tinha do poder, bem como a sua interpretação da estrutura da sociedade americana. Os universitários contestaram a noção de elite e a tese da unidade; outros criticaram-na fortemente, baseando-se na existência de conflitos permanentes entre as três categorias dirigentes. [...] (BUSINO, 1996, 70).

2.1 DO ORTODOXISMO AO HETERODOXISMO ANALÍTICO: CRÍTICAS A TEORIA DA ELITE

A contradição sobre o conceito de elite ou das elites foi duradouro e consequentemente foi muito funcional. De um lado os autores que preferiam o abandono dos estudos sobre as elites ou classes dominantes, dando prioridade à análise dos processos decisórios e à possibilidade de debater melhor assuntos ligados a compatibilidade de interesses e solidariedade entre as elites e a real ligação com as massas. Por outro lado, existiam aqueles críticos da teoria da elite que não concordavam com o conceito de poder apresentado por alguns estudiosos das elites, principalmente no caso de C. Wright Mills (BUSINO, 1996, p. 72).

Pode-se constatar nos estudiosos críticos das elites três perspectivas diferentes: o estruturalismo marxista, o institucionalismo de escolha racional e a sociologia relacional do estudioso francês Pierre Bourdieu. O anti-elitismo do marxismo estruturalista, com destaque para o pensamento de Nicos Poulantzas aponta a incoerência teórica e política que se baseava em levar para dentro do marxismo a problemática dos debates sobre elites políticas. O termo dessa recusa se resumia nos seguintes termos:

(i) o funcionamento do Estado capitalista e o seu caráter de classe devem ser explicados a partir dos vínculos objetivos existentes entre essa estrutura específica e a sociedade capitalista; (ii) desse ponto de vista, os indivíduos que controlam os principais postos do aparelho estatal (a burocracia), independentemente de sua origem social, crenças coletivas e motivações subjetivas, estão destinados a reproduzir a “função objetiva” do Estado, que consiste em manter a coesão de uma formação social baseada na dominação de classe; (iii) conclui-se, então, que as questões centrais para o pesquisador de orientação marxista devem ser “que relações sociais o Estado reproduz?” e “com que fins?” e não “quem governa?”, “quem decide?”, “quem influencia?” etc., já que o que importa, na realidade, são os efeitos objetivos das decisões políticas e não as intenções subjetivas dos decisores. (PERISSINOTO; CODATO, 2008, p. 8).

Os institucionalistas de escolha racional, estabeleceram que as circunstâncias institucionais são a variante independente que explica o procedimento de autores políticos apresentados como racionais:

Se a conduta dos atores é interpretada estritamente como uma reação racional aos constrangimentos impostos pelas regras institucionais, então para essa teoria decididamente não é prioritário, e nem mesmo importante, perguntar-se sobre a história pregressa, a origem de classe ou os valores culturais dos agentes políticos/sociais. Na verdade, na presença de um determinado ambiente institucional, os indivíduos são intercambiáveis, isto é, seja qual for o seu background social e ideológico, eles agirão da mesma maneira exatamente porque

são todos atores que buscam racionalmente sempre maximizar seus objetivos (TSEBELIS, 1998 *apud* PERISSINOTTO; CODATO, 2009, p. 250).

Por último, a terceira perspectiva crítica sobre as teorias das minorias surgiu com base na crítica da sociologia relacional de Pierre Bourdieu. Bourdieu defende o seguinte:

[...] a Sociologia deve promover uma ruptura com a visão “essencialista” encontrada em pesquisas influenciadas pela problemática elitista e pelos adeptos do método prosopográfico. Esses estudos, ainda segundo Bourdieu, começam em geral definindo uma dada “população” para, em seguida, estudar os atributos (em sua linguagem: o capital econômico, social, político, cultural etc.) dos agentes que a compõem. (BOURDIEU, 1989 *apud* PERISSINOTTO; CODATO, 2009, p 251).

As críticas acima expostas, certamente contribuem para aprimoramento da discussão sobre a teoria das elites e, em certo modo, são consideradas válidas, porém implica no abandono da teoria das elites. Além disso, com base nos estudos contemporâneos constata-se a ideia de existência de uma minoria que governa a maioria. Com isso, mesmo com as formulações críticas sobre o conceito das elites, elas continuam a resistir as reformulações na ciência política e sociologia.

As narrativas contemporâneas sobre a teoria das elites proporcionaram novas formulações não unívocas das minorias dominantes. Essa geração não se limitou em reproduzir, como se pode observar, o formato clássico anticlassista marxista conceituado por Mosca, Pareto e Michels sobre as elites, porém envolveram outros grupos nesse pluralismo conceitual das elites.

Uma adequação do termo elite, no caso dos historiadores, pode contribuir com base numa microanálise dos grupos sociais, sobretudo, na sua diversidade, nas relações e nas trajetórias do mundo social. Essas perspectivas não são diferentes daquelas utilizadas nas ciências sociais contemporâneas, possibilitando assim uma compreensão mais refinada dos grupos situados no topo das organizações sociais e, também, entender as complexidades das suas ações e os seus laços com diferentes camadas da sociedade (HEINZ, 2006, p. 8).

A nova concepção contemporânea dos historiadores das elites, com base nos métodos da prosopografia ou das biografias coletivas, pode ser entendida como um mecanismo com foco sociológico e que pode ser utilizada em pesquisas históricas. Este modelo procura descrever as características coletivas de uma determinada sociedade em recorte temporal histórico. Neste caso, o método da prosopografia ajuda a traçar elaborações de modos sociais de um grupo social, abrangendo categorias profissionais históricas com ênfase no modelo de recrutamento, seleção e a forma de reprodução dos indivíduos (HEINZ, 2006, p. 9).

Diante disso, percebe-se que os autores contemporâneos da teoria das elites não se limitaram em firmar o conceito classista das elites, mas sim, procuram trazer novas perspectivas em busca de novos traços desse grupo assente nas relações coletivas. A nova dinâmica contemporânea deu novas possibilidades de debate sobre a temática, mas não escapou de controvérsias e formulações que sempre fizeram presente na evolução histórica do conceito.

Portanto, apesar de existirem divergências entre os teóricos do conceito de elite ou elitismo, repara-se que todos eles não refutaram a detenção do poder numa sociedade por grupos minoritários, apesar da existência de várias dimensões que possibilitam o controle do mesmo. É neste sentido que segue este artigo, ao entender como elite grupo minoritário que através das várias dimensões da organização de uma determinada sociedade ou grupos conseguem o controle e a manutenção do poder.

3 ELITES NA ÁFRICA

Desdobrar um debate reflexivo sobre as diversas dimensões extra conceituais voltadas ao continente africano, torna indispensável a compreensão dos limites e possibilidades que os conceitos produzidos fora do continente podem ter de pertinentes para o processo de produção de conhecimento e de análise sobre a realidade africana, bem como a forma como são apropriadas por estudiosos africanos e africanistas.

Sobre esse assunto, Paulin Huntoudji (2008) sublinha que, não obstante um grande avanço na produção de conhecimento, o continente africano ainda se encontra numa larga desvantagem para atingir um processo autônomo de produção de conhecimento. Chama atenção para uma mudança paradigmática na forma de produção científica referente ao continente, que deve possuir um viés endógeno, ou seja, deve ser voltada para os interesses africanos e não ocidentais.

Nas últimas décadas, foram produzidos inúmeros trabalhos científicos com cariz endógeno, isto é, estudos com perspectivas direcionadas para as realidades africanas. A abordagem aqui pretendida orienta-se com base num diálogo entre os autores africanistas e africanos sobre os trabalhos desenvolvidos no continente acerca das elites alicerçadas nas realidades locais.

Entre as referências sobre estudo das elites na África, figura-se a obra de Tessy D. Bakary, “As Elites africanas no Poder”, publicado em 1990, e onde o autor traz um panorama

histórico sobre o início dos estudos das elites na África subsaariana, que remontam aos anos de 1940, aprofundando-se em meados dos anos 50 e 60. O mesmo assevera que esses estudos multiplicaram sobretudo no período pós-independência, principalmente com a criação dos novos estados.

Com o decorrer do tempo, esses estudos perderam interesse devido ao surgimento das novas temáticas emergentes como a construção nacional, a modernização, o desenvolvimento político, partido único, golpes militares, etc. Após meio século da publicação dos primeiros trabalhos sobre a elite, surgiram novos interesses em pesquisar as mulheres e homens que estão liderando os estados recém independentes, pelo que desde então surgiram vários estudos sobre as lideranças africanas (BAKARY, 1990, p. 3).

Os anos 90 foram um período de renovado interesse nos estudos sobre as elites africanas, motivados pelas novas dinâmicas sociais. Nesta época, o continente é marcado por grandes transformações e mudanças em vários níveis, razão pela qual, suscitou a nova vocação de estudos e de abordagens voltadas para as camadas inferiores da sociedade, incluindo as mobilizações dos movimentos sociais.

A nova tendência tinha duas perspectivas de abordagem, por um lado estes estudos ligados ao abandono das temáticas das elites dominantes, priorizando as camadas sociais inferiores; a segunda perspectiva desenvolvia estudos ligados a elite dirigente com ênfase no prisma jornalística sobre autobiografia dos dirigentes africanos (CARDOSO, 2002, p. 4-5).

Perante o exposto, compreende-se que, no contexto africano, as abordagens sobre as elites africanas, principalmente sobre aqueles detentores do poder, sofreram grandes transformações. A criação dos movimentos revolucionários, fez com que surgissem novas elites, a quem se designou por líderes revolucionários e, no decorrer das lutas, formaram-se novos grupos de lideranças que ocupavam diferentes franjas do braço revolucionário. Acrescente-se ainda a lista as elites oriundas dos processos pós-independência e das aberturas democráticas visando os multipartidarismos.

O estudo sobre a dinâmica e modificação das elites africanas infere a pertinência de elaborar um estudo sócio-histórico sobre as elites na África. A propósito, o termo elite carece de uma definição unívoca nas literaturas africanistas. De acordo com Bakary, nem as teorias sociológicas conseguem oferecer um conceito unânime, razão pela qual, no que toca ao continente africano, não há existência de consenso sobre a sua utilização. O mesmo afirma que, certamente, existem elites em África: tradicionais, modernas, etc. Para alguns estudiosos, as elites são designadas por “burgueses” constituindo mesmo verdadeiras classes dominantes, enquanto para outros constituem embriões de classes sociais (BAKARY, 1990, p. 8-9).

Posto isto, o caso africano nos remete a compreender a dificuldade em encontrar um esboço uniforme, entre os estudiosos, de conceito de elite. Portanto, a abordagem aqui pretendida sobre o conceito das elites, baseia-se numa perspectiva dinâmica, flexível e pluralista que considera não só a dimensão analítica focalizada nas autoridades do quadro estatal moderno, mas também as instituições e lideranças endógenas africanas. Parte-se do princípio de que quando a possibilidade de mobilidade social e o poder decisório é restrita a um grupo de indivíduos, por conta de um status social fundamentado em termos de quadro normativo legal ou normativo costumeiro, está-se perante uma criação da elite.

4 ELITE POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO

Todas as sociedades ao longo da história formaram e recriaram as formas de organização das suas comunidades nos seus diferentes campos, tais como o sistema político, o económico, entre outras dimensões sociais. De acordo com Dias (2008), as organizações criam as sociedades ou outros tipos de relações humanas, assim possibilitando a articulação de sistemas sociais em que cada indivíduo ou determinados grupos assumem papéis que visam a manutenção da comunidade.

As organizações objetivam a transformação de uma sociedade em várias dimensões da sua sociabilidade: na organização política, na organização econômica e cultural, etc.. Vale salientar que a transformação dessas dimensões sociais só será possível através de princípios ou diretrizes que permitam o funcionamento da mesma. Dentre essas formas organizacionais surgiu a criação de modelos de organização política que, por sua vez, deram origem a elite política.

Na sua obra “Representação e confinação de estrutura sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos” Butiam Có (2010), admite que a história dos grupos que constituem o tecido social guineense resulta de guerras, conquistas e, também, de algumas experiências de convivência harmoniosa e sociocultural. Atualmente, a Guiné-Bissau está dividido por oito regiões, e por elas, está espalhado.

[...] Este mosaico é constituído, por um lado, pelos muçulmanos (liderados maioritariamente pelos Fulas, Mandingas e Biafadas), por outro, pelos animistas (liderados maioritariamente pelos Balantas, Manjacos, Pepeis e Mancanha). Existe ainda o grupo dos crioulos, que não se identificam etnicamente, sendo produtos de mestiçagem étnica e racial, e professam em boa parte a religião cristã. O grupo étnico dos crioulos é aqui entendido como uma estrutura social constituída

essencialmente por indivíduos mestiços, cabo-verdianos ou seus descendentes, luso-africanos, e alguns autóctones que, pelo seu estatuto social, deixaram de se identificar etnicamente. A formação e sedentarização de boa parte destes grupos étnicos, no espaço territorial guineense, também se deve às migrações e mobilidades internas, sendo algumas delas provocadas pelas perturbações da luta de libertação nacional [...] (CÓ, 2010, p. 6).

Além da distribuição geográfica, o censo de 2009, estima a existência de uma cifra de 27 a 40 povos nesse país,

[...] Fula (28,5%), que vive essencialmente no leste do país – Gabú e Bafatá, seguida da etnia Balanta (22,5% da população) que se encontra principalmente nas regiões sul (Catió) e norte (oio), a Mandinga com 14,7%, no norte do país, a Papel com 9,1% e a Manjaca com 8,3%. Com expressão mais reduzida encontramos ainda as etnias Beafada (3,5%), Mancanha (3,1%), Bijagó (como o próprio nome indica vive no arquipélago dos Bijagós e representa 2,15% da população total), Felupe com 1,7%, Mansoanca (1,4%) ou Balanta Mane com 1%. As etnias nalu, saracole e sosso representam menos de 1% da população guineense e 2,2% assume não pertencer a qualquer etnia. A sua distribuição geográfica tem razões históricas, mas também se relaciona intimamente com as atividades tradicionalmente praticadas por cada uma delas. Os Balantas, os Manjacos, os Mancanhas e os Papeis encontram-se predominantemente nas zonas costeiras e cultivam o arroz nas bolanhas. Os Papeis são os grandes produtores de caju, por excelência, uma das maiores fontes da economia nacional. Por sua vez os Fulas dedicam-se essencialmente ao comércio e à criação de animais. Os Bijagós são pescadores por excelência, já os Mandingas trabalham principalmente no comércio e na agricultura (BENZINHO; ROSA, 2015, p. 16).

Além das diversidades mencionadas, estes grupos proporcionaram ao país um legado cultural baseado na conjugação pluricultural das diferentes formas de manifestação artísticas baseadas nas diferentes tradições e costumes. Por outro lado, Araújo (2012, p.6) considera que o enriquecimento da cultura guineense é o resultado de várias matrizes, nas quais estes povos se manifestam, através de elementos como a língua, danças, artes em geral, escultura de madeira e de metais. etc.

As zonas litorâneas são caracterizadas de região com florestas, de extensos rios onde predominam mangues, bolanhas, etc. São territórios sob o domínio dos balantas, manjacos, mancanhas, papéis, beafadas, felupes, baiotes, banhuns, nalus, sossos e os bijagós habitantes dos arquipélagos dos Bijagós e das ilhas próximas das costas. As mesmas, dispõem de condições favoráveis para o cultivo de arroz, exploração e retirada de azeite e do vinho (olho de palma), do sal, além das pescas e de extração de mariscos (FRANCO, 2009, p. 25). Além do mais, são consideradas animistas devido ao modelo de convivência animista de cunho comunitário (LOPES, 1982, p. 19).

Entre os povos habitantes no interior do país encontram-se os “fulas e mandingas”, caracterizados pela submissão à religião islâmica resultante da expansão do Islã no continente

africano desde o século VII. Estas comunidades tinham um sistema altamente estratificado, composto por nobres, ferreiros, pessoas comuns, escravos, etc. Ao contrário dos povos que habitam o litoral, as atividades como a agricultura, a pecuária e, principalmente no cultivo de arroz (lavra, plantação e colheita), eram da responsabilidade das mulheres, sendo normalmente apoiadas pelos adolescentes de ambos os sexos, na plantação de sementes, limpeza e corte das ervas que prejudicam o crescimento das colheitas, cuidado com as hortas, ordenamento das vacas, etc. (FRANCO, 2009, p. 30-31).

A expansão desses povos para as regiões que hoje são a Guiné-Bissau ocorreu com a expansão e apogeu do Império do Mali e dos Fulas durante o século XV, principalmente com a conquista de Futa Djalon pelos Fulas no século XIX (LOPES, 1982, p. 19). A expansão possibilitou a formação e composição das elites políticas endógenas e pré-coloniais na Guiné-Bissau que é o objeto de análise do artigo.

Uma das principais áreas científicas que se propôs estudar os sistemas políticos no continente africano é a antropologia, onde encontramos a obra clássica, de Meyer Fortes e E. E. Evans-Pritchard, “*Sistemas Políticos Africanos*”, datada de 1940. Os dois estudiosos, ao abordarem sobre os sistemas políticos africanos, destacaram duas categorias principais. A primeira categoria refere-se aos grupos com sistemas políticos centralizados, em que se engloba um sistema administrativo e instituições judiciais. A segunda categoria contempla os sistemas políticos não centralizados, porém compostos de aparatos administrativos e de instituições judiciais. Ou seja, nesses sistemas não existe grau de hierarquização (FORTES;PRITCHARD, 1940, p. 66).

Ao contrário de Fortes e Pritchard, Muiu e Martin (2010, p. 23) consideram o sistema político africano como sendo uma estrutura que se baseava num sistema de parentesco e de linhagem (ascendência comum), legitimada por um mito fundante. Assim sendo, essa estrutura se dividia em três aspectos: primeiro aspecto, aquele que se sustenta no controle e nos equilíbrios. O segundo aspecto está vinculado a sucessão política que, de uma forma atenta, foi institucionalizada na família ou clã, e a concorrência dos grupos pelo poder foi minorado e, por último, ao terceiro aspecto está inerente a política de base que se resumia na assembleia da aldeia, onde as decisões mais relevantes sobre a comunidade eram tomadas. Porém, nessas sociedades, alguns sistemas políticos são mais elaborados e institucionalizados do que outros.

Percebe-se que esses grupos desenvolveram diferentes formas de organização política, econômica e social. Portanto, com o exposto, e levando em consideração a perspectiva sobre os sistemas políticos africanos proposto por este artigo, e que coincide com aquela

apresentada por Muiu e Martin, pode-se afirmar que a dicotomia defendida por Fortes e Pritchard não se configura analiticamente apropriada para pensar as sociedades africanas (divisão entre sociedades com e sem Estado).

Portanto, a emergência da elite política na Guiné-Bissau deu-se em contextos distintos resultantes de influências de várias práticas culturais endógenas africanas, arabo-muçulmanas e europeia-cristã permitindo a formação de diferentes estruturas de representação social ao longo da história.

4.1 A ELITE ENDÓGENA E PRÉ-COLONIAL NA GUINÉ-BISSAU: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

No debate conceitual de elite, ou elites, ainda não foi possível encontrar uma definição uniformizada. A mesma dificuldade se observa, no caso africano, em enquadrar grupos que podem ser designados de elites, principalmente, quando se refere às autoridades locais na África em períodos anteriores ao encontro com os europeus. Cardoso (2004) aponta que muitos dos estudos realizados sobre as lideranças africanas são baseados no “estudo institucional” das sociedades modernas em África.

Propomos uma breve análise do estado do conhecimento atual sobre a formação das elites na Guiné-Bissau, a partir de uma abordagem sócio-histórica e contextual que analisa as instituições políticas formadas no período pré-colonial. O conceito das elites é aqui pensada numa dimensão dinâmica, flexível e pluralista que considera não só a dimensão analítica focalizada nas autoridades do quadro estatal moderno, mas também as instituições e lideranças endógenas guineenses.

Para uma melhor compreensão do processo de formação de elite na Guiné-Bissau, é preciso identificarmos os atores que ao longo dos séculos tiveram forte influência na forma de organização social e na definição das comunidades locais, o que designaremos neste trabalho de “elite locais”. Impende salientar que trabalhar única e exclusivamente as estruturas políticas contemporâneas, nos impedirá de entender a complexidade dos atores envolventes no processo decisório e a influência que cada um exerce no contexto sociopolítico atual do país.

No caso da Guiné-Bissau, Lopes (1986), considera o império do Mali como sendo o epicentro da política nessa região durante o seu apogeu, nos séculos XIII e XIV. O autor descreve o império do Mali como uma instituição ligado à epopeia mandinga na figura de Sundyata, a quem é atribuído o título de fundador do império em 1235, derrotando Soumaoro

Kante na batalha de Kirina, o que possibilitou o surgimento de um Estado cuja capital, Niani, se situava no sul do território que hoje faz parte da Guiné-Bissau.

Os mandingas são considerados como um dos povos invasores, deslocados do interior do continente africano, empurrando grupos de pequenos povos para a costa litoral, juntamente com os fulas que partilharam da mesma experiência. Porém, a principal diferença que caracteriza os povos vindos do interior e aqueles empurrados para as costas litorâneas se baseava na origem política. Os primeiros tinham uma organização estatizada, segundo o padrão das sociedades islamizadas, caracterizada pela centralização da política e pela divisão de classes, enquanto que o segundo grupo se distingue dos primeiros pela fraca centralização e estratificação política e social (LOPES, 1986, p. 8).

No que toca a essa região mencionada, as narrativas históricas apontam para uma profunda influência do império do Mali, que se estendia ao litoral entre os séculos XIII-XIV, proporcionando a unificação do espaço geográfico e do poder político,

Com a chegada dos portugueses, que deram importância a relação comercial e política com os Estados situados na costa, a estrutura unificada dos mandingas entrou em estado de fragmentação, enfraquecendo a região e o poder político central a partir de meados do século XVI, quando no entanto Kaabu já tinha conquistado a sua autonomia, ainda que mantendo uma relação simbólica com o imperador do Mali (SILVA; SANTOS, 2014, p. 22).

Certo e seguro, foram os Mandingas que se impuseram como etnia guerreira e o seu domínio político, religioso e cultural foi indiscutível até a grande pressão dos fulas que no século XIX alteraram o mosaico étnico guineense, reduzindo drasticamente o poder dos Mandingas e pondo em movimento um conjunto de importantes etnias ao tempo e no presente, como os Balantas, os Beafadas, os Manjacos e até as etnias hoje menos significativas, casos dos Nalus (SILVA; SANTOS, 2014, p. 22).

Com a queda, e conseqüente desestruturação, do Império do Mali, os costumes mandingas não desapareceram, mas foram preservadas pela tradição oral de outros grupos na região. Lopes (2005) enfatiza que diversas obras têm se defendido que Kaabu seria o verdadeiro herdeiro da tradição do Mali, em termos da organização política. Presume-se que, com apogeu do Estado Malinke, e depois Kabunké, dominando esses espaços, os povos que hoje fazem parte da população guineense foram obrigados a submeter-se a uma dominação cultural e política. Nessa conjuntura de relações de poder, pode-se pressupor a existência de dominantes e dominados no percurso histórico do território que hoje é a Guiné-Bissau.

A análise de Lopes (1986) segue a definição de sistema estatal perspectivada por Vansina, Mauny e Thomas, que consideram o aparato estatal de uma estrutura política

definida pela diferença de “status” entre governantes e governados, ou seja, um sistema que não se limita somente na ligação de parentesco, mas se entende numa base territorial. O outro aspecto que este sistema oferece é o nível elevado das instituições políticas, entre os quais há sujeitos munidos de poderes seculares que são exercidos sobre outras pessoas nas limitações territoriais conferidos, além das sanções que são impostas em caso do não cumprimento das normas estabelecidas,

Este postulado coexiste com a noção de elite ou das elites no poder que seguimos na nossa análise, que se foca nos seguintes questionamentos: as elites locais ou chefias locais na Guiné-Bissau, de onde vieram? Como se constituem? Como se substituem? Quais são as ligações relacionais na influência, no simbolismo, no social e no transcendental?

A diversidade e dinâmica que se contemplam nas sociedades africanas, bem como o conceito de elite política seguido neste artigo, e que se aplica ao contexto guineense, nos possibilita inferir que a gênese das elites no atual território guineense é muito anterior a formação da elite política contemporânea. Existem poucos estudos sobre os diferentes grupos de elites no país, embora reconheçam-se os esforços que estão sendo desenvolvidas no campo investigativo e de estudos similares; e também, dos obstáculos que, em várias vertentes, impedem o desenvolvimento normal das investigações.

Uma das abordagens sobre a temática em análise é a obra “*A Formação da Elite política na Guiné-Bissau*”, obra de 2002 da autoria de Carlos Cardoso, que defende que, na Guiné-Bissau, o processo da formação da elite política compreende três momentos: “1) a implantação efectiva do colonialismo 2) o fim da luta armada e os primeiros esforços de construção nacional e 3) a vaga de liberalização que teve início nos anos 80 e culminou com a abertura ao pluralismo político. [...]” (CARDOSO, 2002, p. 10).

Embora o autor tenha apresentado um trabalho bem aprofundado sobre a formação da elite política na Guiné-Bissau, entende-se que ao fazer o recorte temporal em que se deu a formação da elite política na Guiné-Bissau, se isenta de tratar das elites tradicionais, ao deixá-las de fora desse processo, com a justificativa de:

Como reconhecem os historiadores, à chegada dos primeiros europeus à Costa da Guiné, os povos autóctones que viviam nestas paragens estavam organizados em grupos étnicos mais ou menos fechados, possuindo cada um o seu próprio “chão” (território), uma organização social e política própria e uma economia de subsistência que garantia uma relativa autonomia a cada um deles. Embora ainda esteja por fazer a história política destes povos e do que mais nos interessaria no quadro deste estudo, a evolução do sistema político destas sociedades, sabe-se que cada uma delas produziu uma forma específica de organização do poder que, entre outros aspectos, era o reflexo do grau e da sua forma de estratificação social. Se exceptuarmos a influência das sociedades islamizadas, podemos identificar três

traços distintivos que marcavam estas sociedades do ponto de vista da sua organização política: 1) fraca estratificação e hierarquização política e 2) baixo nível de centralização do poder político e 3) uma fraca e até ausente elite política digna desse nome. (CARDOSO, 2002, p. 11).

Quando se reflete sobre as chefias locais ou as instituições políticas que foram desenvolvidas antes do contato com os europeus, distanciando-se assim das narrativas que resumem a história africana como parte da emergência contratual com os povos europeus, entende-se que ao abordarmos as elites locais africanas não nos limitamos somente ao *status* definidos pelas teorias classistas sobre as elites do poder, mas focamos em vários aspectos inerentes a organizações políticas desenvolvidas em diferentes formatos e sustentadas de legalidade normativa e peculiar a cada contexto.

Entende-se, na obra de Carlos Cardoso, a ideia de que estas chefias da África subsaariana estavam longe de serem reconhecidas características de uma história política a desenvolver, por uma fraca estratificação e hierarquização política, baixo nível de centralização do poder político e uma ausência de elite política. A dúvida no entanto colocasse: quais os critérios seguidos pelo autor para considerar a existência de fraca estratificação e hierarquização política, centralização do poder político e a ausência da elite política?

A respeito desta questão, Djaló (2012) traz uma abordagem analítica e sustentável sobre as sociedades negras africanas e suas organizações políticas defendendo que quando nos referimos a chefias locais “ditas tradicionais”, estamos nos referindo às pessoas ou grupos que são investidos legalmente de poder político ou qualquer tipo de poder nessas sociedades.

Através de uma análise sociopolítica e religiosa dessas sociedades qualificadas como “sociedades tradicionais”, alguns investigadores deparam com dificuldades de pesquisa, na compreensão das particularidades do poder político dessas mesmas sociedades e pela forma como elas são atribuídas aos indivíduos em função das suas posições espirituais.

Num ponto de vista mais alargado, Djaló reitera que essas autoridades “tradicionais” são representadas por indivíduos ou grupos investidos de responsabilidades de variantes diferentes; “num sentido mais restrito, tratar-se-à mais particularmente das autoridades políticas, agindo como tais na sociedade; é este sentido que lhe daremos [...]” (DJALÓ, 2012, p. 78).

Na mesma linha analítica, Muiui & Martin (2010), sublinharam que:

[...] os sistemas e as instituições políticas baseavam-se no parentesco e na ancestralidade (linhagem) informada por um mito fundador. Baseavam-se também em costumes e tradição em que as constituições não foram escritas. Membros da comunidade aprenderam a sua história através da tradição oral que foi transmitida de

geração em geração para geração. Na África Ocidental, os griots (praise-singers) foram fundamentais para manter a memória da comunidade (MUIU & MARTIN, 2010, p. 4).

A falta de atenção com relação aos atores do sistema político endógeno e o emaranhado de forças concorrentes nas estruturas organizacionais africanas, levaram alguns autores a desencadear análises poucos precisos do sistema político africano e os seus autores. Esse exercício analítico requer a compreensão das estruturas africanas, suas dinâmicas sociais e espaciais, principalmente, no que se refere aos modelos políticos. Portanto, seguimos o modelo proposto por Djaló sobre o termo “política”, em que sustenta que ela opera em uma complexidade de fenômenos “(instituições, crenças, formas de organização e de competição de grupos, etc) (DJALÓ, 2012, p. 78).

Numa perspectiva histórica, Wolfgang Leo Maar (1982) considera que o que entendemos atualmente por política é resultado de um processo longo e histórico que se desenvolveu como atividade vivenciada no cotidiano dos homens. Para o autor, “a política” se encontra em transformação, e as percepções dela, variam em cada situação; reconhecendo, por outro lado, a existência de alguns dos seus componentes que já ganharam outro status em que ela se apresenta como Estado e partidos.

Em relação às sociedades subsaarianas, Djaló considera que, as instituições desenvolvidas possuem como intuito o estabelecimento da ordem normativa e social de pessoas ou grupos num determinado quadro territorial implicando a conexão de interesse comum (DJALÓ, 2012, p. 78).

Se pensarmos nessa ordem de ideia, chegaremos à inferência de que as chefias ditas “tradicionais”, gozam destes pressupostos conferidos a característica de um Estado moderno. Razão pela qual, reconhece a existência de relação de poder entre dominantes e dominados. Além disso, essas sociedades tinham diferentes formas de manifestação política, guardando cada uma a sua soberania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por proposta um breve “estado de arte” dos estudos das elites, aprofundando-se na questão das elites em África e, em especial, na Guiné-Bissau. O objetivo é contribuir para maior debate sobre esta temática e, sobretudo, compreender a dinâmica da elite política no contexto guineense.

Na Guiné-Bissau, os estudos sobre as elites ainda não são abundantes, uma vez que as instituições nacionais de pesquisa carecem de apoio financeiro e logístico do Estado. A maioria dos estudos sobre as elites existentes não possui um viés epistemológico e metodológico centrado especificamente nos estudos sobre as elites, ou mesmo sobre a elite política guineense.

Existem, todavia, trabalhos com vocação inerente aos estudos das elites, com perspectivas epistêmicas e metodológicas explicitamente identificáveis. Destaca-se a obra de Carlos Cardoso “A Formação da Elite e Política na Guiné-Bissau” e a de Santos Fernandes “As lideranças na Guiné-Bissau: Avanços e recuos”, que podem ser consideradas pioneiras enquanto obras com foco nos estudos relacionados a elite na Guiné-Bissau. Este artigo apresenta-se como uma abordagem inicial a esta temática, e visa contribuir para o debate deste tema e abrir caminho para um estudo mais aprofundado sobre essa temática,

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Helmer. O livro na Rua. Biblioteca do cidadão. Brasília: Thesaurus Editora, 2012.
- BAKARY, Tessy D. Les Elites Africaines au pouvoir (problématique, méthodologie, état des travaux). France: Centre D’Etude D’Afrique Noire. Institut d’études politiques de Bordeaux, 1990.
- BENZINHO, Joana. ROSA, Marta. Guia turístico: à descoberta da Guiné-Bissau. Coimbra: Gráfica Ediliber, 2015.
- BOBBIO, Norberto. Et al. **Dicionário de política**. 11ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BUZINO, De Giovanni. Elites e Elitismo. Editora: Rés Formalpress.1996.
- CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. Lisboa: Editor Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2002.
- CARDOSO, Carlos. Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: continuidade e rupturas (1910-1999). VIII congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, setembro. 2004.
- CÓ, João Ribeiro Butiam. Representação e confinação de estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos. Détaché à l’Université Laval au Québec (Canada), . 2010.
- DIAS, Reinaldo. sociologia Organizações. São paulo: Atlas, 2008.

DJALÓ, Tchernó. O Mestiço e o Poder: Identidades, dominações e resistências na Guiné. Lisboa: edição: Nova Vega, novembro de 2012 · isbn: 9789726999959.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. AMÍLCAR CABRAL: A PALAVRA FALADA E A PALAVRA VIVIDA. São Paulo: catálogo USP, 2009.

HEINZ, F. M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2008.

LOPES, Carlos. Etnia, Estado e Relação de Poder na Guiné-Bissau. Lisboa: edição: Edições 70, abril de 1982 · isbn: 9789724402628. 15.

LOPES, Carlos. **O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos**. Bahia: Editora Universidade Federal da Bahia, revista Afro-Ásia, n. 32, 2005.

MAAR, Wolfgang. **O quê a Política**. Editora e livraria brasileira. Rua António de Barros , 1989-**Tatuapé**, São Paulo -SP, 03401-001.

MILLS, Wright C. A Elite do Poder. Rio de Janeiro, Zara editores, 1975.

MUIU, Mueni Wa. Martin Guy. A new paradigm of the African State. Fundi wa Africa. Palgrave Macmillan@. United States, 2009.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. **Classe social, elite política e elite de classe: Por uma análise societalista da política**. Brasília: Editora Revista Brasileira de Ciência Política, 2009. Disponível em:
<<https://search.proquest.com/openview/23468492814a3e9bc419f1ec516e6e7d/1?pqorigsite=scholar&cbl=1626348>. Acesso em: 17 jun. 2017.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. **Dossiê “Elites Políticas”**. Curitiba: Editora revista sociologia política, 2008. Disponível em:
<<https://pt.scribd.com/document/93485367/Perissinotto-Codato-Por-um-Retorno-a-Sociologiadadas-Elites>. Acesso em: 19 de jun. 2017.

SILVA, Francisco Henriques da; SANTOS, Mário Beja. **Da Guiné-Portuguesa à Guiné-Bissau: um roteiro**. 1ª ed. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda, 2014.